

DANIELA DO AMARAL DA SILVA

O JARDIM COMO PATRIMÔNIO VERDE:

Os Jardins do Palácio Piratini e seu processo de tombamento

Porto Alegre

2013

DANIELA DO AMARAL DA SILVA

O JARDIM COMO PATRIMÔNIO VERDE:

Os Jardins do Palácio Piratini e seu processo de tombamento

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Prof. Me. Ana Carolina Gelmini de Faria.

Porto Alegre

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto
Vice Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura
Vice Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Chefe-Substituto: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA

Coordenadora: Profa. Dra. Lizete Dias de Oliveira
Coordenadora-Substituta: Profa. Dra. Zita Rosane Possamai

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586j Silva, Daniela do Amaral da
O Jardim Como Patrimônio Verde: os jardins do palácio Piratini e seu
processo de tombamento / Daniela do Amaral da Silva. 2013-11-17.
f: 70, Il.

Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria.
Trabalho de conclusão (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do
Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia. Porto
Alegre, 2013

1. Patrimônio 2. Jardins 3. Palácio Piratini

CDU: 351.853

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Rua Ramiro Barcelos, n.2705 - Bairro Santana
CEP 90035-007 - Porto Alegre - RS
Fone: (51) 3308-5067
Fax: (51) 3308-5435
E-mail: fabico@ufrgs.br

O JARDIM COMO PATRIMÔNIO VERDE:
Os Jardins do Palácio Piratini e seu processo de tombamento


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado pela banca examinadora em 09 de Dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:



Profª Me. Ana Carolina Gelmini de Faria (Orientadora) - UFRGS



Profª Dra. Lizete Dias de Oliveira - UFRGS



Profª Me. Daliana Amaral Mirapallete - Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Para meus sobrinhos: Guilherme, Alícia, Júlia e Clara.

Que a Natureza faça parte de suas vidas.

AGRADECIMENTOS

A minha família e especialmente ao meu amigo-irmão Julio Zaicoski por me tranquilizar nos momentos de dúvida, dizendo que eu estava no caminho certo.

Aos colegas de faculdade que durante o processo de pesquisa para este trabalho me enviaram textos, artigos, músicas, recortes de jornais, tudo o que remetia ao assunto relativo a jardins.

As amigas-companheiras: Ro, Elisa, Nara e Piti um especial agradecimento pela ajuda acadêmica, pelas risadas, pelo ombro muitas vezes solicitado, pelos laços que foram estreitados para além da universidade.

Um especial agradecimento à professora Marlise que mesmo distante me indicou leituras essenciais para eu poder compreender melhor o universo mágico dos jardins históricos, entre outras leituras.

A minha orientadora-incentivadora Carol, minha sincera admiração pela dedicação e carinho que tem com seus alunos. Um exemplo de museóloga e professora que me norteou por entre as veredas museológicas.

Aos jardineiros do Palácio Piratini, meus mestres que me ensinaram a podar e tocar na terra.

A Daliana, minha chefe-amiga pela oportunidade de crescimento profissional e pessoal e por tantos momentos de trabalho mesclados com bom humor e sabedoria.

As minhas companheiras-amigas Vanessa e Renata pela amizade, por dividirmos a construção da trajetória emocionante na Gestão Ambiental do Palácio Piratini.

Agradeço com muito carinho ao meu companheiro de vida Rogério Sá pelo amor de todos esses anos e por me fazer enxergar a natureza com outros olhos.

O jardineiro
conversava com as flores
e elas se habituaram ao diálogo.
Passava manhãs contando coisas a uma cravina
ou escutando o que lhe confiava um gerânio.
O girassol não ia muito com sua cara,
ou porque não fosse homem bonito,
ou porque os girassóis são orgulhosos de natureza.
Em vão o jardineiro tentava captar-lhe as graças, pois o
girassol chegava a voltar-se contra a luz para não ver o rosto
que lhe sorria. Era uma situação bastante embaraçosa, que as
outras flores não comentavam. Nunca, entretanto, o jardineiro
deixou de regar o pé de girassol e
de renovar-lhe a
terra,
na
devida
ocasião.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso visa analisar como os Jardins Históricos do Palácio Piratini se inserem em um espaço tombado pelo âmbito federal e estadual a cada gestão governamental. Discorre sobre o tombamento, ferramenta jurídica do Estado utilizada para salvaguardar bens patrimoniais que representam um coletivo. Os conceitos patrimoniais vão se modificando com o passar do tempo e, novas definições são elaboradas a partir dessas mudanças. As Cartas Patrimoniais são documentos elaborados a partir de encontros nacionais e internacionais realizados por profissionais de diversas áreas com o interesse em comum: preservar o patrimônio cultural. Os jardins são paisagens culturais, ambientes cenográficos criados para desempenharem papéis em uma determinada cultura. Os Jardins Históricos do Palácio Piratini ocupam uma grande área dentro da sede do executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, porém são invisíveis, transparentes ao olhar do poder público servindo apenas como um pano de fundo para as ações executivas do Estado.

Palavras-chave: Patrimônio. Paisagens Culturais. Jardins históricos. Palácio Piratini

ABSTRACT

The graduation conclusion work means to analyze how the Palácio's Piratini Historical Gardens are inserted in a space listed by the federal and state level every government management. Discusses the inclusion of the gardens in patrimonial heritage, State's legal tool used to safeguard the heritage's properties representing a collective. In the course of time, the heritage concepts are been modified and, the new definitions are elaborated. The Heritage Letters are documents elaborated by international and national meeting realized by professionals of many areas with the common interest: preserve the cultural heritage. The gardens are cultural landscapes, scenographic ambients created to perform functions in a particular culture. The Palácio's Piratini historical gardens occupy a large area inside the Rio Grande do Sul State Government executive seat, however, they are invisible, transparent to the public Power serving only as a garnish to the State executive actions.

Key-words: Heritage, Cultural Landscapes. Historical Gardens. Palácio Piratini.

LISTA DE FIGURAS

Figura da capa: Chafariz da bailarina egípcia.....	
Figura 1: Orquídeas nos Jardins do Palácio Piratini.....	14
Figura 2: Rosa do Edson.....	15
Figura 3: Palácio Piratini.....	21
Figura 4: A Primavera.....	22
Figura 5: A bailarina egípcia.....	23
Figura 6: Vista do terraço do Palácio Piratini.....	28
Figura 7: Jardim do Galpão Crioulo.....	30
Figura 8: Vegetação do Jardim do Palácio Piratini.....	32
Figura 9: Vista parcial do Pátio de Honra.....	33
Figura 10: Palácio de Barro.....	34
Figura 11: Chafariz “Os afluentes”.....	35
Figura 12: Projeto de Álvaro Nunes Pereira.....	36
Figura 13: Projeto de Alphonse Dinis Hebert.....	37
Figura 14: Projeto de Augustin Rey – Vista frontal.....	39
Figura 15: Projeto do Palácio com jardins e a Praça da Matriz.....	39
Figura 16: Petit Trianon.....	41
Figura 17: Projeto de Maurice Gras – vista frontal.....	41
Figura 18: Projeto de Maurice Gras do complexo do Palácio do Governo.....	43
Figura 19: Vista do Palácio pela Rua Coronel Fernando Machado.....	44
Figura 20: Obras de arte no Oratório do Palácio Piratini.....	45
Figura 21: Vista da Ala Residencial.....	46
Figura 22: Visitação escolar na horta.....	48
Figura 23: Alguns canteiros da horta do Palácio Piratini.....	49
Figura 24: Árvores no jardim do hospital São Paulo.....	51
Figura 25: Jardim das delícias.....	52
Figura 26: Colorido no jardim.....	55
Figura 27: Jardim do Galpão Crioulo nos anos 70.....	57
Figura 28: Jardim do Galpão Crioulo em 2013.....	57
Figura 29: Tronco em formato de cavalo deitado.....	58

Figura 30: A Santa do Palácio Piratini.....	59
Figura 31: Canteiro com bromélias.....	60
Figura 32: Ficus na base da escultura.....	61
Figura 33: Raízes dos ciprestes.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IFLA - Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OEA - Organização dos Estados Americanos

SPAHN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMARIO

1 O DESPERTAR PARA O VERDE	14
2 A SEMENTE QUE GERMINA DO PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL	19
2.1 Cultivando ideias: tecendo diálogos entre conceitos de patrimônio	24
2.2 Entre flores e espinhos: o desafio de um jardim histórico	27
3 RAIZES DO PALÁCIO PIRATINI	33
4 DO MEU JARDIM AO JARDIM DO PALÁCIO	50
5 COLHENDO OS FRUTOS PLANTADOS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A	69
APÊNDICE B	70

1 O DESPERTAR PARA O VERDE

Iniciei meu estágio no Palácio Piratini em 2012, no Setor de Patrimônio Histórico, com a função de trabalhar em torno dos bens móveis tombados dessa instituição. Percorri todos os salões, as salas dos governantes, os lugares repletos de obras de arte, a arquitetura monumental, todo o esplendor de um edifício histórico e representativo da cultura rio-grandense. Meu olhar estava voltado para os objetos tombados com os quais trabalhava, diariamente, analisando seu estado de conservação, documentando, inventariando esse acervo de grande valor patrimonial. Após alguns meses fui transferida para outro setor: a Gestão Ambiental do Palácio Piratini. Meu desafio, agora, era trabalhar com os jardins e a horta. O meu enfoque havia mudado e fui aos poucos observando as plantas, o desenho das folhas, o colorido das flores, o conjunto de espécies vegetais, aprendendo a diferenciá-las, conhecendo seus movimentos, convivendo de perto com a natureza.

Figura 1. Orquídeas nos Jardins do Palácio Piratini



Fonte: Acervo pessoal. Daniela Amaral, 26.06.2013.

A partir desse momento, a matéria prima era viva, independente da vontade do artista de moldá-la, ela era imprevisível muitas vezes. Além de pensar na

conservação das estruturas dos jardins, na preservação de seus traçados e de documentar as alterações ocorridas, pus-me a olhar a natureza e a aprender com ela. O botão de flor que começa a brotar e, de repente, não cresce mais, as fases de florescimento das azaleias, o amarelecimento dos clorofitos pelo tempo... Comecei a refletir sobre as estações e o ciclo da vida.

Ao plantar uma muda ou semear uma semente, criamos uma expectativa de que ela cresça e se comporte de acordo com sua espécie, mas nem sempre isto acontece. Aprender com a frustração é algo empírico quando lidamos com este tipo de acervo. Também existe o componente surpresa quando, de repente, vemos um florir da manhã para a tarde, inundando os olhos e o coração com tanta beleza. É um instante mágico, delicado por sua fragilidade e efemeridade.

Figura 2. Rosa do Edson



Fonte: Acervo pessoal. Daniela Amaral, 04.11.2013.

Esse patrimônio precíval, dinâmico e vivo me fez despertar para o verde, para a importância desses lugares e sua preservação para futuras gerações. Considerando os Jardins como patrimônio do Palácio Piratini que interligam áreas

internas do complexo arquitetônico, sede do executivo do governo do Estado do Rio Grande do Sul, me perguntava constantemente: como os jardins desse Palácio se inserem nas políticas de manutenção de um espaço tombado?

Nessa perspectiva, o trabalho tem como finalidade destacar os Jardins do Palácio Piratini, a preservação, a manutenção e a conservação desses espaços nas políticas de tombamento da legislação em vigor, verificando sua relevância e desafios enquanto parte do conjunto tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Através da análise de documentos, referências bibliográficas e fotografias pretendi investigar como foram construídos os Jardins do Palácio Piratini, desde a sua idealização a partir de seus projetos até a sua contínua manutenção, observando interferências, aproximações e afastamentos do projeto original.

Ao perceber que o patrimônio verde se constrói no trabalho do dia-a-dia, entrevistas com alguns atores sociais envolvidos no âmbito dos Jardins do Palácio Piratini contribuíram na interpretação, na compreensão sobre esses espaços e seus elementos de composição enquanto bens patrimoniais.

Quando iniciei essa pesquisa, focando-me no conceito de jardins históricos, desconhecia a vasta produção acadêmica nessa área, tais como: teses, dissertações, livros e artigos que resultaram de congressos e encontros nos quais foi abordado esse tema, bem como a relação do homem com a natureza.

Dessas discussões realizadas por profissionais de diferentes áreas, um interesse era comum: preservar o patrimônio cultural. Nesse sentido, foram elaborados documentos e tratados internacionais de grande relevância para reflexões sobre conceitos patrimoniais.

Um exemplo de documento que é considerado um marco internacional é a Carta de Atenas de 1931, que apresenta diretrizes sobre como se preservar e conservar monumentos históricos. A partir dessa carta, outras surgiram com propósitos de complementarem e expandirem os debates iniciados nessa ocasião.

Também foram criadas associações, organizações, federações e comitês internacionais com objetivo de salvaguardar bens patrimoniais. Entre elas, destacam-se a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA), o

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Comitê Internacional de Jardins Históricos, que serão aprofundados nos capítulos seguintes.

No Brasil, temos a Carta de Juiz de Fora de 2010 como uma importante referência que visa discutir, com um olhar voltado para as especificações do país, os assuntos pertinentes aos jardins históricos brasileiros. Destacam-se também eventos como o II Simpósio “Arqueologia na paisagem - Um olhar sobre os jardins históricos” da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o II Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos. Ambos aconteceram na Fundação Casa de Rui Barbosa em parceria com outras instituições no ano de 2011.

Através desses eventos basilares, fiz uma imersão na investigação apresentada. Cabe ressaltar que os resultados dessa pesquisa estão organizados, além dessa introdução, em mais três capítulos. No segundo capítulo, intitulado “A semente que germina do patrimônio de pedra e cal”, apresentarei um panorama nacional sobre leis e conceitos de tombamento como uma ferramenta jurídica, um instrumento político para salvaguardar bens com valores patrimoniais. Tendo por enfoque analisar como esses espaços verdes são vistos e tratados na perspectiva de tombamento, a investigação buscou observar como esses valores vão se transformando com o passar do tempo; assim, pontuei algumas ideias, tecendo diálogos entre conceitos de patrimônio até chegar ao desafio de um jardim histórico.

No capítulo seguinte, denominado “Raízes do Palácio Piratini”, contarei um pouco da história do Palácio Piratini, desde a construção em substituição ao Palácio de Barro, seu processo de tombamento no âmbito federal e estadual, verificando de que forma se inserem nesse cenário patrimonial seus jardins históricos.

No quarto capítulo, “Do meu jardim aos Jardins do Palácio Piratini”, apresentarei conceitos a respeito de jardins, impressões sobre esse patrimônio verde do Palácio Piratini, e de que forma são vistos e conduzidos esses jardins históricos no âmbito patrimonial de um prédio tombado pelo seu acervo histórico, artístico e documental.

Desse modo esse trabalho se propõe, ainda que de forma pontual, a contribuir para o debate sobre como são tratados esses espaços verdes, planejados para emoldurarem e complementarem o conjunto da edificação do Palácio Piratini.

Esse exercício é de grande importância para a área da Museologia, bem como para as outras áreas que atuam, direta ou indiretamente, com o objetivo de preservar bens patrimoniais, conservar, documentar e difundir as pesquisas realizadas neste campo.

2 A SEMENTE QUE GERMINA DO PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL

No Brasil, a virada do século XX trouxe a preocupação de delinear um projeto cultural brasileiro. Entre as décadas de 1920 a 1940 diversos intelectuais envolveram-se intensamente com o problema da identidade nacional e das instituições, situação que atribuía novos potenciais aos bens culturais. A profusão de projetos era intensa na década de 1920. Os Museus Nacionais já estavam fazendo parte do cenário cultural do país, bem como o Modernismo apresentava uma proposta de reflexão sobre a sociedade brasileira num viés social, político e econômico. Na década seguinte, um dos integrantes desse movimento cultural, Mario de Andrade, na posição de escritor, crítico literário, músico e poeta, em plena Era Vargas¹, redigiu o anteprojeto de lei de criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O anteprojeto foi encomendado a Mario de Andrade em 1936 pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que visava com a criação do SPHAN proteger os bens patrimoniais do país. Entre outros intelectuais que também contribuíram neste momento nos projetos do Ministério da Educação e Saúde destaca-se Carlos Drummond de Andrade, sendo o chefe de gabinete de Gustavo Capanema.

[...] um contingente apreciável de intelectuais e artistas prestaram diversos tipos de colaboração à política cultural do regime Vargas, aceitando encomendas oficiais de prédios, livros, concertos, manuais escolares, guias turísticos e obras de arte, participando em comissões, assumindo o papel de representantes do governo em conferências, congressos e reuniões internacionais, em suma prestando múltiplas formas de assessoria em assuntos de sua competência e interesse (MICELI, 1979, p.157).

O texto elaborado por Mario de Andrade no anteprojeto de lei apresentava concepções de vanguarda a respeito de conceitos patrimoniais de sua época. Em

¹ Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/>>. Acesso em: 02 out. 2013.

sua escrita, encontram-se indicações de proteção ao que hoje intitulamos patrimônio material e imaterial, ou mesmo tangível e intangível, tais como danças e cantos populares, culinária, o saber fazer, provérbios, igrejas, paisagens e uma extensa diversidade de bens patrimoniais. Mario de Andrade dividiu em oito livros de Tombo² os bens a serem protegidos pelo Estado: 1) da arte arqueológica; 2) da arte ameríndia; 3) da arte popular; 4) da arte histórica; 5) da arte erudita nacional; 6) da arte erudita estrangeira; 7) das artes aplicadas nacionais e 8) das artes aplicadas estrangeiras.

É a noção de arte, portanto, o conceito unificador da ideia de patrimônio no anteprojeto do “patrimônio artístico nacional” (PAN). Ao apresentar, com detalhes e exemplos, o que entende por arte em geral e nas oito categorias que discrimina, Mario de Andrade se detém no aspecto conceitual da questão do patrimônio e dos valores que lhe são atribuídos (FONSECA, 2005, p. 99).

Um ano após o desenvolvimento do anteprojeto, mais precisamente em 1937, foi formulado o Decreto de Lei nº 25 e paralelamente a oficialização do SPHAN, que esteve sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade desde sua criação até 1967. O primeiro artigo desse decreto de Lei em vigência menciona que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, 2013, doc. eletr.).

O contexto do momento de criação do SPHAN e da elaboração do Decreto de lei nº25 de 1937 é o início do Estado Novo (1937-1945), com Getúlio Vargas na presidência do Brasil. Esse decreto foi um ato administrativo que iniciou o processo de tombamento de bens com valores significativos à pátria, com o objetivo principal de proteger a herança cultural brasileira. O Estado simbolizava a nação e, de acordo com sua política estatal estabeleceu critérios de tombamento de acordo com seus

² De acordo com Fonseca (2005) a expressão “livro de tomo” origina-se do Direito Português que significa registrar algo, inventariar bens com valores significativos nos arquivos do Reino, guardados na Torre do Tombo em Portugal.

interesses políticos e econômicos. O patrimônio a ser preservado representava as classes sociais mais altas, bem como se privilegiava os bens edificados, compondo um discurso marcado pela concepção de “fatos memoráveis” e “excepcional valor”, como o próprio documento enfatiza. Segundo Fernandes (2013, doc. eletr.):

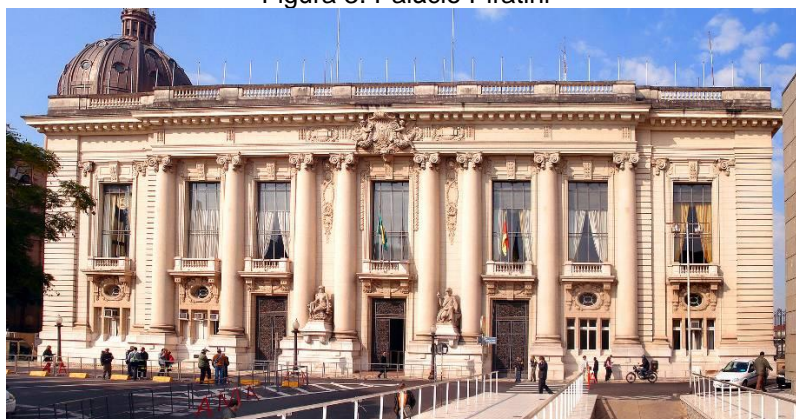
Em síntese, podemos afirmar que, no Brasil, a preservação do Patrimônio Histórico nasceu sob a égide estatal, ou seja, em última instância, foi quase sempre o Poder Público quem determinou o que deveria ou não ser preservado, o que deveria ser lembrado ou esquecido. Construiu-se uma memória nacional oficial, excludente e celebrativa dos feitos dos “heróis nacionais”

O tombamento pode ser considerado um instrumento político, uma ferramenta jurídica para se preservar um bem patrimonial. Segundo Lemos (1987, p.83) “o tombamento é um atributo que se dá ao bem cultural escolhido e separado dos demais para que, nele, fique assegurada a garantia da perpetuação da memória”.

Em 1986, o Palácio Piratini foi tombado pelo IPHAE e, no ano de 2000 pelo IPHAN, por sua importância histórico-política e administrativa, tal como seu valor arquitetônico e artístico. Como salienta Machado (2008, p.53, grifo nosso):

[...] apesar de compartilhar o espaço urbano com edificações do porte da Catedral, da Assembleia Legislativa, do Theatro São Pedro e do Palácio da Justiça - edificações que também são singulares e cuja história e arquitetura são bastante expressivas para a memória cultural da cidade -, o prédio do Palácio Piratini constitui uma referência visual importante, um ponto maior de cristalização de outros elementos urbanos em torno de si, funcionando como uma construção com **caráter de excepcionalidade** [...].

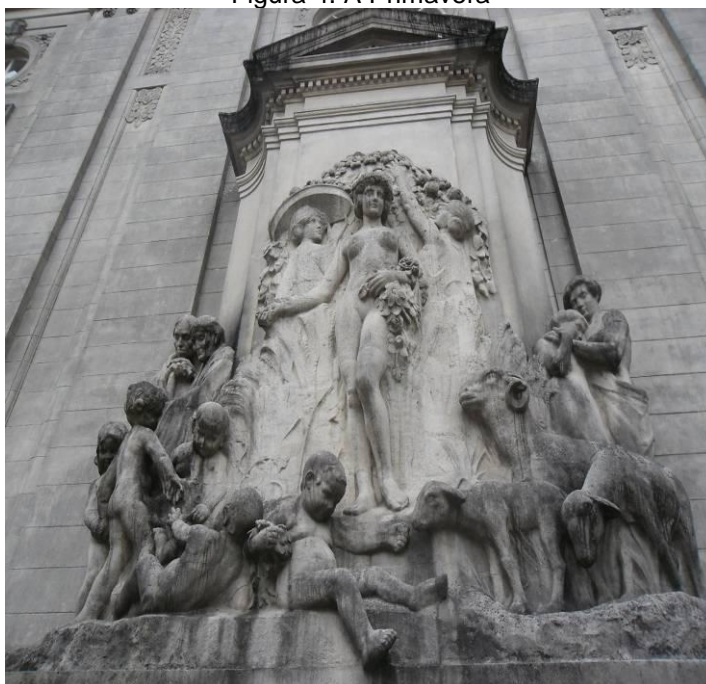
Figura 3. Palácio Piratini



Fonte: Disponível em: <http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/smed/inclusaodigital/atividades_educativas/andrea_quiz_Porto_Alegre/PALACIO%20PIRATINI.JPG>. Acesso em: 20.10.2013

No processo de tombamento consta a edificação do Palácio Piratini, seu acervo histórico, artístico e documental. Partindo desse cenário patrimonial, fonte inspiradora para livros, teses, dissertações, monografias e artigos diversos, ressalta-se a arquitetura monumental, as obras do pintor italiano Aldo Locatelli³ que ornamentam os salões Alberto Pasqualini e Negrinho do Pastoreio, o mobiliário, as luminárias e lustres franceses, a tapeçaria, a louça portuguesa e os objetos decorativos. Aparecem recorrentemente observações sobre o conjunto escultórico, “A Primavera”, que faz referência às quatro estações do ano ou as quatro fases da vida, de Paul Landowski⁴, escultor francês de origem polonesa que também esculpiu as figuras alegóricas da Agricultura e da Indústria na fachada do Palácio Piratini. Porém, a respeito dos Jardins do Palácio Piratini, nessas investigações aparecem apenas algumas considerações.

Figura 4. A Primavera



Fonte: Acervo Pessoal. Daniela Amaral, 25.09.2012.

³ Pintor da região de Bérgamo na Itália, possui trabalhos em outras cidades do Rio Grande do Sul, como Caxias do Sul e Pelotas. Disponível em: <<http://www.terraGaúcha.com.br/imagslocatelli.htm>>. Acesso em: 25.08.2013.

⁴ Segundo Alves (2004), entre outras obras significativas desse artista, destacam-se as mãos e o rosto do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que outra obra de destaque é o Chafariz da egípcia em ferro fundido, representado pela estátua de uma bailarina do antigo Egito, fabricado pela Fundição Val d’Osne (Alto Marve, França) de autoria do escultor francês Mathurin Moreau (ALVES, 2004, p139).

Figura 5. A bailarina Egípcia



Fonte: Acervo Pessoal. Daniela Amaral, 05.12.2012.

Ambas as esculturas apresentadas nas figuras acima, localizam-se entre os Jardins do Palácio Piratini, porém sobre as plantas, as espécies e os desenhos dos canteiros não há um registro mais significativo, além de poucas fotografias e um subcapítulo encontrado no livro “Palácios do governo do Rio Grande do Sul: histórico de projetos, construção, obras de arte e seus autores” de Fernando Corona publicado em 1973, documento descoberto ao longo da pesquisa.

Ao caminhar pelo calçamento em pedra portuguesa do pátio principal do Palácio Piratini observei uma planta brotando por uma fenda entre os muros de concreto. Como, naquele lugar inóspito, um ser vivo pode se desenvolver? A

semente que germina do patrimônio de pedra e cal é a natureza chamando a atenção de quem passa, se impondo apesar de tanta adversidade.

2.1 Cultivando ideias: tecendo diálogos entre conceitos de patrimônio

Quando pensamos em patrimônio o que vêm à mente? A resposta dependerá dos referenciais de cada pessoa, comunidade, país... Associa-se a ideia de patrimônio com herança, que pode ser compreendida como um legado a ser deixado para a posteridade. Podemos considerar como patrimônio, no âmbito coletivo, as cidades, com seus signos e códigos que revelam uma pluralidade de hábitos e costumes culturais. Segundo Le Goff (1992), na trajetória temporal forças delegam a sinais do passado o caráter de evocação, construindo assim o conceito de monumento. Essa construção é relativizada para diferentes culturas, assim:

Em primeiro lugar, o que entender por monumento? O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, ele próprio derivado de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória. [...] Neste primeiro sentido, chamar-se-á monumento a qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças (CHOAY, 2010, p.17).

A noção de patrimônio também está fortemente vinculada à excepcionalidade, um exemplar significativo se comparado a outros. Essa singularidade que é evidenciada na materialidade, nada mais é que valores outorgados a ela. Critérios relacionados ao patrimônio variam de acordo com sua localização física e temporal, bem como “são mobilizados diferencialmente por grupos sociais para poder partilhar as ideias, significados e valores” (MENESES, 2009, informação verbal). Portanto, a noção de patrimônio e os conceitos a respeito do que é uma herança cultural se modificam, assim como os valores que lhes são concedidos. Essa dinamização reflete diretamente nos bens culturais. Segundo Zanirato e Ribeiro (2006, [n.p.]) o entendimento de patrimônio transformou-se:

Não obstante, há menos de um século o patrimônio compreendia os monumentos nacionais, considerados por critérios estéticos ou históricos, que explicitavam a importância que uma obra ou um objeto adquiria diante do desenvolvimento da arte ou da história. [...] alterações no entendimento do conceito nos incitam a refletir acerca dos caminhos trilhados nesse processo, de forma a estabelecer relações entre as transformações a respeito do que se entende por cultura e as modificações na categoria patrimônio.

O ato de tombamento de bens culturais que remetem a uma época específica e representam determinados coletivos, é uma estratégia de salvaguardar o passado para o presente e o futuro. É importante salientar que esse patrimônio, para além do ato de tombamento, necessita de constante preservação para ser perpetuado para as próximas gerações.

Enquanto prática social, a constituição e a proteção do patrimônio estão assentadas em estatuto jurídico próprio, que torna viável a gestão pelo Estado, em nome da sociedade, de determinados bens, selecionados com base em certos critérios, variáveis no tempo e no espaço (FONSECA, 2005, p.37).

Os bens escolhidos para serem protegidos pelo Estado são eleitos por um grupo que detém poderes para atribuir valores a determinados patrimônios, hierarquizando-os. Segundo Meneses (2009, informação verbal), “o universo material é pré-condição para a vida biológica, psíquica e social”. Assim, de acordo com o autor, para sociabilizar ideias há uma escolha da materialidade que não é aleatória, parte de um escalonamento de significados que classificam o mundo.

Com o passar do tempo, através do contato com outras culturas, alguns valores se modificam, redefinindo os conceitos patrimoniais. Em uma mesma sociedade o que representa significativamente um coletivo pode não ser reconhecido por outros.

Para se debater o assunto ao redor do termo patrimônio, ocorreram encontros internacionais e nacionais e a partir deles foram elaboradas cartas patrimoniais, documentos referenciais que apresentam diretrizes para se proteger, preservar e direcionar futuras ações aos bens culturais. Um documento emblemático é a Carta de Atenas de 1931, pois, nessa carta foram elaboradas recomendações para a

restauração e conservação de monumentos históricos e artísticos. Entre as recomendações, a Carta de Atenas aponta para a importância dos educadores na conservação dos monumentos:

[...] a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e juventude a se absterem de danificar os monumentos, quais quer que eles sejam [...] (ICOMOS, 2013a, doc. eletr.).

Além desses documentos, algumas associações, comitês e federações internacionais começaram a se formar com objetivos voltados para a salvaguarda de bens culturais. Assim, no ano de 1948 foi fundada a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) na Inglaterra, com a finalidade de reconstruir as cidades afetadas pela destruição da Segunda Guerra Mundial.

Em 1964, na cidade de Veneza, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos, foi criado o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), elaborando a partir desse encontro a Carta de Veneza, documento internacional que ampliou a definição de monumento histórico baseada na Carta de Atenas. A Carta de Veneza também apresenta recomendações para a conservação e restauração de monumentos e sítios históricos, urbanos ou rurais, que possuam valores simbólicos a uma cultura. O primeiro artigo desse documento apresenta o conceito do monumento histórico:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como um sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS, 2013b, doc. eletr.).

Na década de 1970, com participantes pertencentes ao IFLA e ao ICOMOS, foi instituído o Comitê Internacional de Jardins Históricos que objetivava a definição, divulgação e a preservação de jardins históricos, como um bem patrimonial.

Em maio de 1981, o Comitê Internacional de Jardins Históricos (ICOMOS-IFLA) se reuniu em Florença para elaborar diretrizes a respeito da preservação dos jardins históricos. Dentre elas, foram traçados objetivos e orientações sobre manutenção, conservação, restauro, reconstrução, proteção legal e administrativa desses espaços verdes. Desse encontro resultou a Carta de Florença, documento que registrou estratégias para se preservar e conservar monumentos e sítios históricos, pois “um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público e, como tal, é considerado um monumento” (ICOMOS, 2013c, doc. eletr.). A Carta de Florença salienta, ainda, que os jardins históricos, sendo composições arquitetônicas formadas por vegetais, possuem um ciclo sazonal.

A natureza segue seu ritmo próprio, direcionada pelo artista que lhe criou e pelo operário que lhe maneja, moldando-a diariamente para que os jardins sejam perpetuados para as próximas gerações, apesar de suas constantes modificações. “Conservar é lutar contra o tempo. Procurar subtrair alguma coisa aos efeitos normais da destruição, da perda ou do esquecimento” (GUILLAUME, 2003, p.45). Sua característica mais singular em relação aos demais monumentos por ser sua matéria prima à natureza, torna-a seu principal desafio.

2.2 Entre flores e espinhos: o desafio de um jardim histórico

Na cidade de Porto Alegre, os Jardins Históricos do Palácio Piratini fazem parte desse local considerado como uma das referências da identidade do povo gaúcho e, por isto, deverão ser preservados com suas devidas especificações, pois “preservá-los é um ato de respeito à vida, ao equilíbrio ambiental, à obra e ao legado humano” (DELPHIM, 2005, p.08).

Figura 6. Vista do terraço do Palácio Piratini



Fonte: Acervo Pessoal. Daniela Amaral, 20.12.2012.

Os jardins históricos são obras de arte que se relacionam com a época de sua elaboração. São reflexos do autor que os projetou, dos estilos empregados em sua criação e das técnicas utilizadas em sua execução. As espécies vegetais escolhidas os tornam únicos, bem como o contexto sociocultural em que estão inseridos. Conforme a Carta de Florença em seu nono artigo: “[...] a autenticidade diz respeito tanto ao desenho e ao volume de partes quanto ao seu cenário ou à escolha de vegetais ou minerais que os constituem” (ICOMOS, 2013c, doc. eletr.).

Nesse sentido, salvaguardar um jardim histórico envolve tanto o compromisso de evocá-lo como evidência de um tempo, um monumento, como potencializá-lo enquanto um bem cultural a ser usufruído, motivando no presente relações com o passado, visando desse modo, um diálogo para o futuro. Esta concepção demanda intenções e comprometerimentos: a inserção aleatória de vegetais que não fazem parte do projeto inicial de um jardim histórico pode comprometer, por exemplo, suas características e principalmente, sua originalidade.

Cabe ressaltar que, nos documentos de associações, comitês e federações são recorrentes a articulação de jardins históricos com o conceito de patrimônio natural, que compreende um lugar onde a natureza se faz esplêndida por sua beleza

e seu caráter biológico, pela diversidade de flora e fauna, sendo a natureza o bem patrimonial. Como nos relata Scifone (2008, p.10), o patrimônio natural:

[...] não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz.

Em documento recente, denominado Carta de Bagé ou Carta das Paisagens Culturais (2007), outro conceito que também se relaciona com jardins históricos é o de “paisagem cultural”, compreendido no segundo artigo dessa carta como:

A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais (ICOMOS, 2013d, doc. eletr.).

O conceito de paisagem cultural está relacionado com a interação do homem e seu meio ambiente através de suas práticas sociais. O cenário patrimonial é a própria natureza, sendo uma relação dialógica, uma via de mão dupla com o universo natural e o cultural. Apesar, que, em muitas situações o homem não consiga manter um limite de atuação no meio ambiente, impondo-se aos recursos naturais.

Figura 7. Jardim do Galpão Crioulo



Fonte: Acervo pessoal. Daniela Amaral, 02.01.2013.

A noção de patrimônio natural e paisagem cultural foi ampliada na discussão ocorrida em um fórum, no ano de 2008, na cidade de Foz do Iguaçu, em nosso país. Reuniram-se membros do ICOMOS Brasil, Argentina, Chile, México e Paraguai para debaterem um novo conceito, o “Espírito do Lugar”. Em Quebec no Canadá, neste mesmo ano, foram elaboradas recomendações para se preservar o *spiritu loci* e diretrizes que partiram da declaração de Foz do Iguaçu com objetivo de proteger o patrimônio tangível e intangível de grupos comunitários (ICOMOS, 2013e, doc. eletr.).

A definição deste novo termo está interligada à relação do homem com elementos materiais e imateriais de lugares naturais ou construídos pelo ser humano. Este “lugar” não é um local qualquer, mas um espaço onde há uma identificação coletiva, social, cultural e espiritual. Paisagens urbanas ou rurais onde uma comunidade interage com a natureza através de suas práticas sociais.

Parques, rios, praças, matas e pedreiras: muitos são os cenários onde diversos atores sociais interpretam suas culturas. Dissociar uma comunidade de seu meio ambiente é descontextualizar sua cultura, que está inter-relacionada com a geografia de um lugar único, com sua fauna, flora e todas as crenças e rituais de um

povo. Realocar um grupo em outras áreas similares não substitui os laços estabelecidos com o seu meio original.

No Brasil em 2010 foi lançada a Carta de Juiz de Fora - intitulada Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, resultado de um grande encontro de profissionais da área de patrimônio cultural e natural do Brasil com o objetivo de discutir e refletir sobre gestão e preservação de jardins históricos vistos a partir da realidade brasileira. De acordo com o documento:

Nos jardins, natureza e história são elementos vivos e dinâmicos em incessante mutação, surgindo sempre em sua gestão novas e imprevistas situações. O tratamento dessas questões não pode ser reduzido a fórmulas precisas já que cada jardim apresenta aspectos singulares a exigir soluções próprias. Portanto, o objetivo desta carta é atender às exigências de orientação técnica voltada para preservação dos jardins históricos (IPHAN, 2013, doc. eletr.).

Os integrantes deste encontro partiram da Carta de Florença (1981), onde definiram o termo “jardim histórico” e detalharam instruções sobre o manejo e todo o universo que diz respeito a este conceito em um viés nacional. Segundo a Carta de Juiz de Fora:

Para efeito desta Carta, considera-se Jardim Histórico os sítios e paisagens agenciados pelo homem como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados e jardins de tradição familiar. Além desses, jardins zoológicos, claustros, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio à malha urbana, entre outros (IPHAN, 2013, doc. eletr.).

Um jardim histórico é considerado um monumento, porém é um monumento vivo composto por vegetais que são seres vivos e que nem sempre se comportam de maneira previsível, como os elementos arquitetônicos. Nesses espaços onde se rompe o ritmo urbano, o tempo passa numa velocidade diferente dos escritórios, das salas de trabalho, é a natureza a grande obra de arte esculpida pelas mãos dos homens.

Figura 8. Vegetação do Jardim Histórico do Palácio Piratini



Fonte: Acervo Pessoal. Daniela Amaral, 12.02.2013.

Os Jardins Históricos do Palácio Piratini ocupam uma grande área dentro da sede do executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Esse patrimônio verde é um lugar de muitas memórias oficiais e pessoais. A memória que é um fenômeno construído no âmbito individual e coletivo (POLLAK, 1992), seleciona e exclui determinados acontecimentos. Na esfera pública, a memória que será preservada é a história oficial escolhida por uma ideologia política. No objeto de estudo investigado, cada jardim possui sua singularidade e especificidade, nenhum jardim ou lembrança é igual à outra.

3 RAIZES DO PALÁCIO PIRATINI

A casa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, atual Palácio Piratini, recebeu essa denominação no ano de 1955, na gestão do Governador do Estado Ildo Meneguetti⁵. Até então, era chamado de Palácio do Governo, o nome Palácio Piratini é uma homenagem a primeira capital da Revolução Farroupilha, episódio de destaque na história rio-grandense. A palavra “piratini” significa na língua tupi-guarani, peixe barulhento.

Figura 9. Vista parcial do Pátio de Honra



Fonte: Acervo Pessoal. Daniela Amaral, 02.10.2013.

Desde o começo das obras de edificação do Palácio do Governo, no ano de 1896, até sua conclusão, em 1928, muitos projetos foram realizados para a sua construção e nenhum totalmente concluído. Os Jardins do Palácio Piratini foram planejados com destaque em dois desses projetos, porém, não foram executados conforme sua idealização. Mesmo assim, fazem parte desse complexo arquitetônico do Estado, interligando e ornamentando o Palácio do Governo, essa grande obra de

⁵ Ildo Meneguetti governou o Estado do Rio Grande do Sul de 1955-1959 e de 1963-1966. Disponível em: <http://www.fug-rs.org.br/memoria_gov.php>. Acesso em: 30 out. 2013.6

arte realizada pelas mãos de tantos artistas renomados, escultores, artesãos, empreiteiros, carpinteiros, pedreiros, jardineiros, engenheiros, arquitetos e anônimos.

A história do Palácio Piratini começou junto com a história da cidade de Porto Alegre: da transferência da capital de Viamão para o Porto dos Casais, hoje a cidade de Porto Alegre. Com a mudança houve a necessidade de se construir um Palácio do Governo, entre outros prédios. No ano de 1773 iniciou-se as obras do Palácio do Governo ou do Palácio de Barro, conhecido por este nome devido aos materiais empregados em sua construção - argila, estuque e madeira -, sendo concluído em 1789.

Figura 10. Palácio de Barro



Fonte: MACHADO, 2008, p.54.

O Palácio do Governo, um sobrado em estilo colonial localizado no alto da colina, na Rua Duque de Caxias⁶, não estava só. Outras edificações significantes

⁶ A antiga e tradicional Rua Duque de Caxias teve mais de uma denominação, conforme diferentes registros: Rua Formosa, Rua Direita da Igreja, Rua Alegre e Rua da Igreja. Mas o primeiro nome oficial foi o de Rua da Igreja, por ali localizar-se o único santuário da cidade. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=16>. Acesso em: 28 out. 2013.

como a Igreja Nossa Senhora Madre de Deus⁷, o Theatro São Pedro, a Hidráulica Porto-alegrense e a Casa de Câmara⁸ estavam agrupadas ao redor da então Praça Dom Pedro II, hoje chamada Praça Marechal Deodoro ou Praça da Matriz. Nessa praça havia um chafariz de mármore intitulado “Os afluentes”, uma homenagem ao rio Guaíba e seus afluentes, sendo retirado em 1910 para ser construído naquele mesmo local o monumento a Julio de Castilhos.

Figura 11. Chafariz “Os afluentes”



Fonte: Disponível em: <<http://lealevalerosa.blogspot.com.br/2010/05/chafarizes.html>>. Acesso em: 28 out.13.

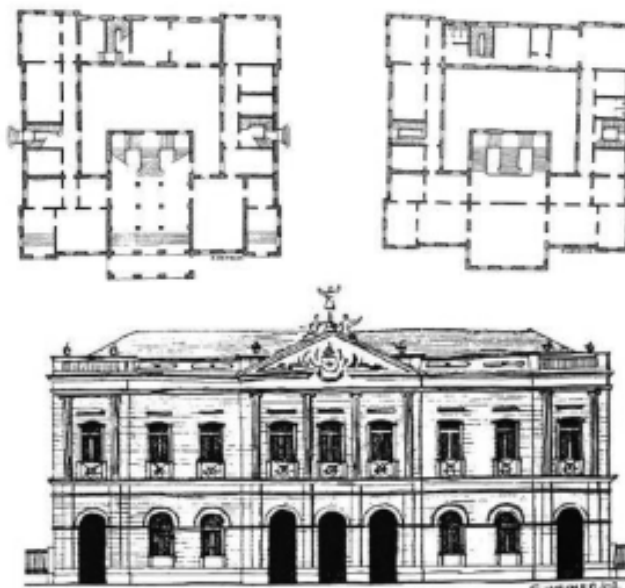
Quase cem anos depois, em 1883, o governo da Província não se sentia representado pelo Palácio de Barro. Essa construção tinha passado por algumas reformas ao longo desse tempo e, neste mesmo ano foi encomendado ao engenheiro Álvaro Nunes Pereira, que estava vinculado aos ideais do movimento

⁷ Atual Catedral da Matriz de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.catedralmetropolitana.org.br/historia/index.html>>. Acesso em: 30 out. 2013.

⁸ Prédio gêmeo do Theatro São Pedro que incendiou em 1949, atual Palácio da Justiça. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=16>. Acesso em: 28 out. 2013.

positivista⁹, um novo projeto de Palácio para o Governo. Álvaro Nunes projetou a nova sede do Governo, porém, não chegou a ser executada, provavelmente devido ao declínio do Governo Imperial.

Figura 12. Projeto de Álvaro Nunes Pereira



Fonte: MACHADO, 2008, p.55.

Em 1896, o Presidente da Província, Júlio de Castilhos¹⁰ retomou a ideia de construir outro Palácio Governamental, encomendando do diretor geral da divisão de obras públicas, o arquiteto Alphonse Dinis Hebert¹¹, um novo Palácio para o Governo.

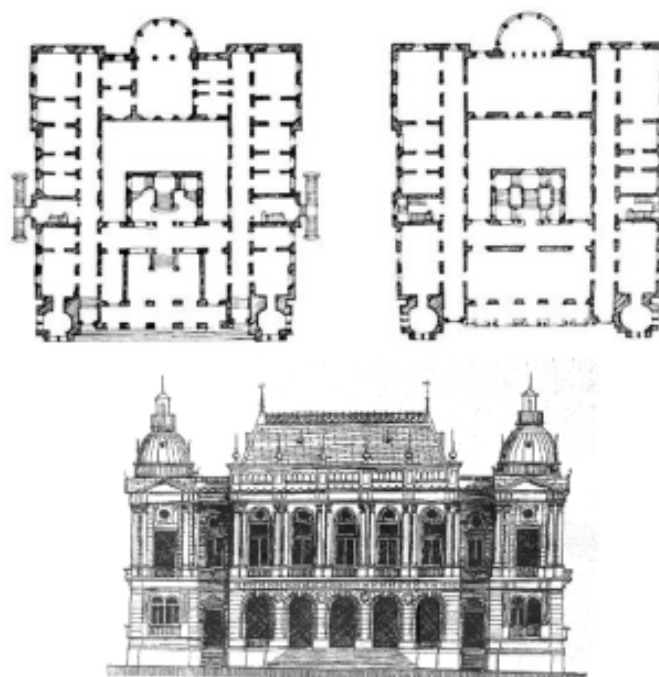
⁹ O positivismo foi uma corrente filosófica cujo mentor principal foi Auguste Comte, no século XIX. Propõe a ideia de uma ciência sem teologia ou metafísica, baseada apenas no mundo físico/material. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/site/DefaultLimpo.aspx?area=ES/VerDicionario&idZDicionario=507>>. Acesso em: 30 out. 2013.

¹⁰ Julio de Castilhos governou o Estado do Rio Grande do Sul por duas vezes, em 1891 e de 1893 a 1898. Disponível em: <http://www.fug-rs.org.br/memoria_gov.php>. Acesso em: 30 out. 2013.

¹¹ É também de autoria desse arquiteto a Biblioteca Pública e o Colégio Ernesto Dornelles, ambos edifícios localizados no centro histórico da cidade de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=16>. Acesso em: 28 out. 2013.

As obras foram iniciadas, porém, em 1898, o Presidente do Estado havia mudado, não era mais Julio de Castilhos e sim, Borges de Medeiros¹², que desacelerou o processo das obras do Palácio do Governo, sendo realizadas apenas melhorias nos anos decorrentes. As obras voltaram a continuar somente dez anos depois, em 1908, na gestão de Carlos Barbosa Gonçalves¹³.

Figura 13. Projeto de Alphonse Dinis Hebert



Fonte: MACHADO, 2008, p.55.

Carlos Barbosa, ao retomar as obras de construção do Palácio do Governo, também conhecido nessa época por Palácio Presidencial, resolveu desistir do projeto anterior e decidiu criar um concurso em Paris para continuar as obras do novo palácio, com outra configuração arquitetônica.

¹² Borges de Medeiros governou o Estado de 1898 a 1908 e depois de 1913 a 1928. Disponível em: <http://www.fug-rs.org.br/memoria_gov.php>. Acesso em: 30 out. 2013.

¹³ Carlos Barbosa Gonçalves governou o Estado do RS de 1908 a 1913. Disponível em: <http://www.fug-rs.org.br/memoria_gov.php>. Acesso em: 30 out. 2013.

A justificativa do então Governador para não ir adiante com o projeto de Alphonse Dinis Hebert foi:

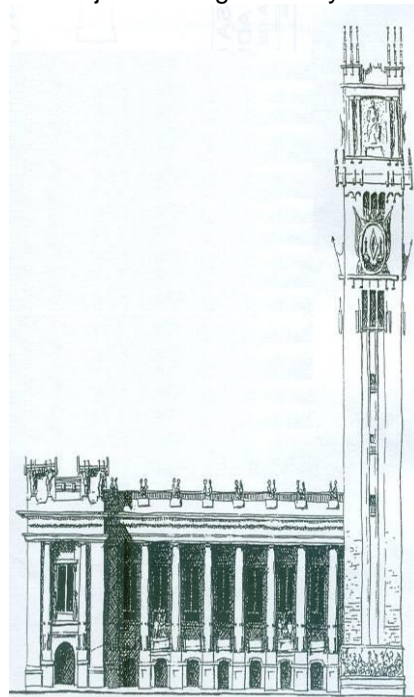
[...] em mensagem à Assembléia, dando contas de sua administração no exercício de 1908, no título referente ao novo Palácio, explica as razões por que decidira abandonar a execução do projeto Alphonse Herbert, já bastante adiantada, para adotar um outro que permitisse dar à construção **dimensões mais amplas e a aparência mais bela** (FERREIRA FILHO, 1980, p.15, grifo nosso).

Desse concurso foram selecionados dois projetos, o primeiro classificado foi de Augustin Rey e o segundo, de acordo com as referências encontradas, de A. Janin¹⁴. O projeto vencedor além de planejar o novo prédio, sugeriu reformular a Praça Marechal Deodoro, localizada em frente ao Palácio do Governo:

Como complemento à construção projetada, já se cogitava de uma modificação, tendendo a alargar a praça adjacente ao local do Palácio no intuito de completar a aformoseamento [sic] e dar ao quadro, em primeiro plano, o que lhe faltava de ponto de vista e permitir amplo e bello [sic] acesso [sic], como convêm, a semelhante edificação. (RIO GRANDE DO SUL, 1909, [n.p.]

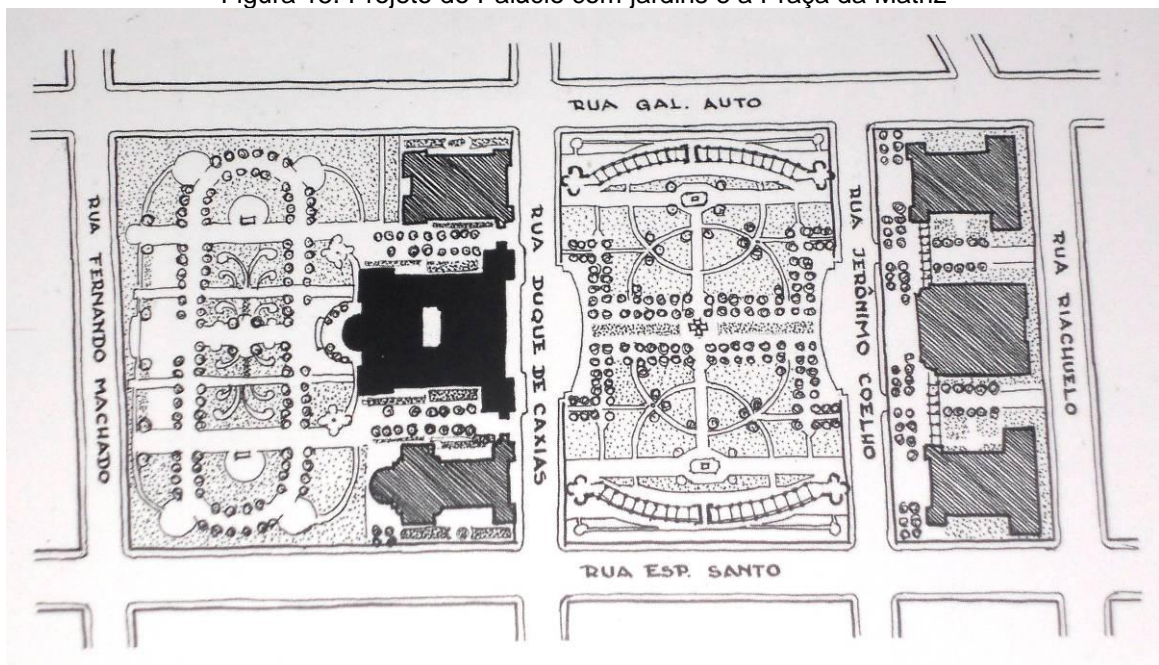
¹⁴ Cabe ressaltar que durante a pesquisa foi encontrado no Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado de 1909, como sendo o nome de Cipó Floreo para o segundo lugar do concurso.

Figura 14. Projeto de Augustin Rey - Vista frontal



Fonte: MACHADO, 2008, p.56.

Figura 15. Projeto do Palácio com jardins e a Praça da Matriz



Fonte: MACHADO, 2008, p.56.

Este esboço é o primeiro registro a respeito dos Jardins do Palácio Piratini que se tem conhecimento nos projetos apresentados até então. A área planejada

para esses lugares verdes ocupa grande parte do terreno destinado à construção da sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Tanto os Jardins do Palácio Piratini como Praça Marechal Deodoro nesse desenho possuem traçados bem definidos. Essa paisagem faria parte do cenário urbano, projetada para harmonizar com devidas proporções o ambiente interno do Governo e o ambiente público da cidade. Nota-se, nesse projeto, o estilo de jardim francês, rígido em seu formato e em suas formas:

A escola francesa teve um caráter ordenador e disciplinar, cujos princípios básicos eram dominar a natureza a qualquer custo, com seus traçados geométricos axiais e regulares, moldando a paisagem. Os espaços nos jardins eram representados pela geometria. Canteiros, lagos, espelhos d'água e até a vegetação eram tratados como figuras geométricas. O uso da perspectiva acentuava a visão espacial, buscando a horizontalidade. Os jardins não possuíam uma autonomia, prevalecendo a ideia de composição unitária [...] (LUZ, [s.d], p.85).

Porém, mesmo ganhando o concurso, o projeto vencedor não chegou ser posto em prática, “os projetos não foram aproveitados, porque nenhum deles correspondia exatamente às intenções do governo” (FERREIRA FILHO, 1983, [n.p.]). Coincidentemente, nessa mesma época, foi apresentado ao Governador Carlos Barbosa o arquiteto francês Maurice Gras, que, em 1909, foi contratado com a incumbência de realizar um novo projeto para o futuro Palácio do Governo. Um jovem arquiteto que recebeu 10% do orçamento total da obra governamental. Provavelmente Maurice Gras se inspirou na Escola de Belas Artes da França, que primava por ordem, eixos interligando espaços internos através de jardins e com massas arquitetônicas vultosas.

Possivelmente, a inspiração para o Palácio Piratini tenha vindo do Petit Trianon, localizado nos jardins de Versalhes, na França. Ambas as construções apresentam os mesmos elementos arquitetônicos: linhas geométricas bem definidas com ângulos retos, com pilastras jônicas (próprias de edificações monumentais), escadaria de honra na entrada principal, exemplares da arquitetura neoclássica francesa, com influência pós- barroca do estilo Luís XVI.

Figura 16. Petit Trianon



Fonte: Disponível em: <http://www.123rf.com/photo_12213264_le-petit-trianon-in-the-park-of-versailles-palace.html>. Acesso em: 02.11.2013.

Figura 17. Projeto de Maurice Gras - vista frontal



Projet d'exécution du Palais du Gouvernement de Rio Grande do Sul (Brésil). — M. GRAS, architecte.

Salons d'Architecture, 1922

13

Fonte: MACHADO, 2008, p.91.

O local escolhido para a edificação do Palácio do Governo era estratégico, a visão do alto da Rua Duque de Caxias era de plena amplitude, via-se a chegada de embarcações pelo rio Guaíba e com um olhar percorria-se o horizonte à sua frente. A escala humana em relação ao Palácio Piratini, nos dias de hoje, ainda é de monumentalidade, apesar de outros prédios de grande porte estarem ao seu lado, como a atual Igreja da Matriz.

Gras só não podia prever que quase meio século após sua passagem pela cidade, seus cuidados em garantir para o palácio uma posição central dominante no alto da ampla esplanada situada na vertente norte da colina, fossem sumariamente ignorados por interesses resultantes de uma conjuntura histórica tão distante da sua e que aquele terreno, que em 1909 encontrava-se livre, pudesse vir a ser ocupado pela enorme massa edificada do prédio da atual Assembléia Legislativa, destruindo os valores de centralidade, simetria, escala, hierarquia e proporção da composição original (ESKINAZI, 1993, p.4).

O projeto de Maurice Gras foi planejado em dois planos: o primeiro, com entrada pela Rua Duque de Caxias, seria o Palácio das Recepções e da administração do governo e a outra parte, no segundo plano, seria o Palácio das Habitações, onde residiria o presidente do Estado. Entre os dois Palácios, configurado por Ala Governamental e Ala Residencial, está o pátio de honra ou pátio principal: “na implantação original do Palácio do Governo percebe-se a sequência estabelecida pelos prédios e jardins, característica dos palácios do barroco francês” (SILVEIRA, 1997, p.11).

De acordo com o Relatório da Secretaria de Obras Públicas (1909, [n.p]) haveria uma entrada na lateral esquerda do Palácio por onde entrariam as carruagens que sairiam pela lateral direita tendo acesso à Rua D. Sebastião, rua que atualmente está interrompida, localizada entre o Palácio Piratini e a Catedral.

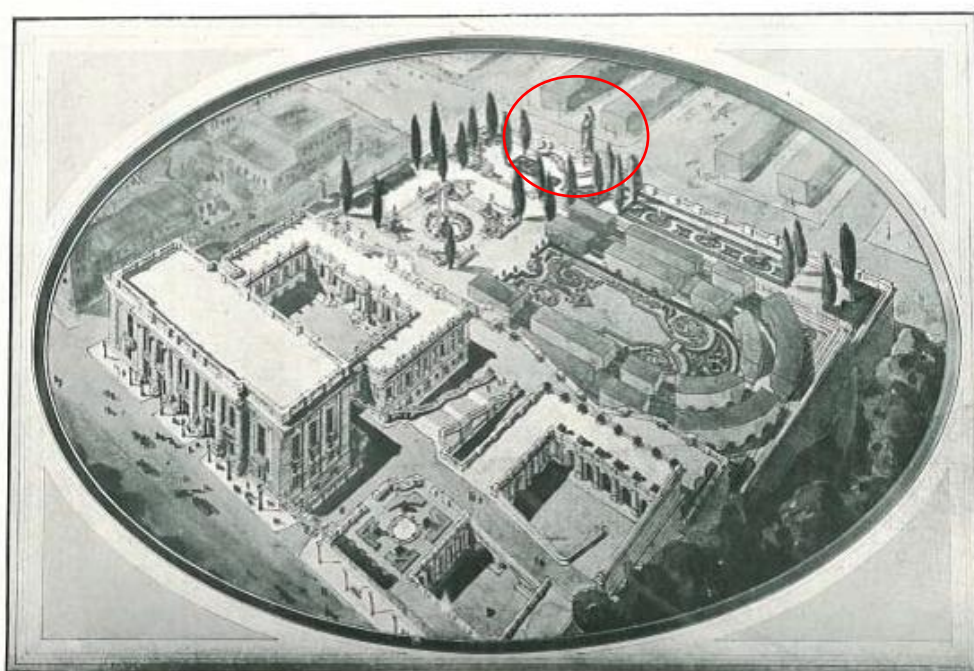
Além dos gastos previstos com a construção do novo Palácio Governamental, alguns prédios e terrenos que estavam ao redor da área destinada às obras foram desapropriados, pois os jardins iriam até a Rua do Arvoredo, atual Rua Coronel Fernando Machado. Em frente ao novo Palácio seria modificada a Praça Marechal Deodoro e construída uma larga avenida que se estenderia até:

[...] ao ponto de maior movimento, ao coração da cidade, a praça “Senador Florencio”, que não poderia deixar de ser contemplada nesta obra de embelezamento cuja ampliação até o porto de desembarque, dará à esta Capital o deslumbrante aspecto de que susceptíveis só os logares [sic] tão bem dotados de belezas naturais [sic] (RIO GRANDE DO SUL, 1909, [n.p.]).

Pela citação acima, percebe-se a importância da construção do Palácio do Governo para a cidade de Porto Alegre e por que não dizer, para o Estado do Rio Grande do Sul e o país.

Nas imagens a seguir, nota-se um espaço significativo no projeto de Maurice Gras para os jardins do Palácio Piratini, porém, estes não foram executados. Na parte mais a direita do projeto, área que deveria ser ocupada por uma parte dos jardins, foi construído o Colégio Estadual Paula Soares e ao fundo, do lado esquerdo dos jardins (no círculo em vermelho em destaque), deveria ser construída “uma monumental estátua símbolo da República” (ESKINAZI, 1993, p.16).

Figura 18. Projeto de Maurice Gras do complexo do Palácio do Governo



Salons d'Architecture, 1922

Projet d'exécution du Palais du Gouvernement de Rio Grande do Sul (Brasil). — M. GRAS, architecte.

16

Figura 19. Vista do Palácio pela Rua Coronel Fernando Machado



Projet d'exécution du Palais du Gouvernement de Rio Grande do Sul (Brésil). — M. GRAS, architecte.

Fonte: MACHADO, 2008, p.95.

Vários artistas nacionais e internacionais foram contratados para decorarem o Palácio do Governo, “a grandiosa obra arquitetônica do arquiteto francês Maurice Gras serviu de escola a uma geração de artistas plásticos aqui radicados, a trabalhar com amor nas obras do mais belo edifício público do nosso Estado” (CORONA, 1973, p.19).

Figura 20. Obras de arte no Oratório do Palácio Piratini



Fonte: Acervo Pessoal. Daniela Amaral. 24.03.2013.

Muitos dos materiais empregados na construção do Palácio Piratini vieram da França, como o cimento e as pedras de embasamento. As luminárias e os lustres foram desenhados especialmente pelo arquiteto Maurice Gras, sendo que os profissionais envolvidos na construção eram estrangeiros, espanhóis e portugueses em sua maioria.

As obras do Palácio do Governo seguiram até o ano de 1913, quando Borges de Medeiros voltou ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, rescidindo o contrato com Maurice Gras. Neste momento, além de ter dispensado os serviços do arquiteto francês, foi acordado que a mão de obra, assim como os materiais para a continuação da construção do Palácio, seriam de origem brasileira. Em função da Primeira Guerra Mundial, as obras ficaram paralisadas, sendo retomadas somente em 1921, quando Borges de Medeiros instalou-se com o Gabinete da Presidência do Estado no Palácio do Governo, mesmo não estando completamente terminado.

Em 1928, o Governo do Estado estava nas mãos de Getúlio Vargas, que realizou algumas obras na Ala Residencial, vindo a ser o primeiro morador do Palácio do Governo.

Figura 21. Vista da Ala Residencial



Fonte: Acervo pessoal. Daniela Amaral, 02.07.2013

O último governador que residiu no Palácio Piratini foi Olívio Dutra¹⁵, eleito em 1998. Desde seu mandato, nenhum outro governador morou no Palácio da Habitação, também conhecida como Ala Residencial do Palácio Piratini que funciona atualmente com setores administrativos do Governo do Estado.

Esse ambiente patrimonial, que recebe grupos escolares e visitantes de muitos lugares do mundo, além de ser palco de tantos eventos históricos estaduais e nacionais, é um espaço marcante por sua monumentalidade. Conforme Aristides Germani Filho, funcionário a mais de 46 anos no Palácio Piratini, em entrevista para

¹⁵ Olívio Dutra foi Governador do Estado do Rio Grande do Sul de 1999 a 2002. Disponível em: <http://www.fug-rs.org.br/memoria_gov.php>. Acesso em: 30 out. 2013.

esse trabalho, relatou: “me senti honrado quando fui selecionado para trabalhar no Palácio do Governo, num lugar repleto de arte” (GERMANI FILHO, 2013, informação verbal).

Em 1986, o arquiteto Charles René Hugaud sugeriu que o Palácio Piratini e seu acervo fossem tombados pelo IPHAE. Nessa solicitação constava explicitamente que o tombamento abrangeria o prédio do Palácio Piratini, seu acervo documental e artístico, bem como os jardins e o Galpão Crioulo. Percebe-se nessa solicitação de tombamento a valorização e a preocupação em se preservar os bens patrimoniais, entre eles, os Jardins Históricos do Palácio Piratini.

Posteriormente, no ano de 2000, o Palácio Piratini e seu acervo foram tombados em nível federal pelo IPHAN. Neste mesmo ano o Palácio Piratini, a Biblioteca Pública do Estado, o Theatro São Pedro, o Museu de Artes do Rio Grande do Sul, o Memorial do Rio Grande do Sul, a Praça da Alfândega entre outras edificações, foram selecionadas para serem restauradas, em decorrência do Projeto Monumenta¹⁶.

Dessa data até os dias atuais, no Palácio Piratini foram restauradas: suas fachadas principais, o piso dos salões nobres, as pinturas de Aldo Locatelli, o Galpão Crioulo, tapetes, alguns lustres entre outros itens dos bens patrimoniais. Essas restaurações foram devidamente documentadas e divulgadas para o público, “esses elementos conservados tornam-se os álibis do esquecimento” (GUILLAUME, 2003, p.40). E os Jardins do Palácio? Quais foram as transformações que ocorreram nesses anos? Que canteiros foram feitos? Houve substituição de espécies vegetais? Quem plantou um pinheiro bem próximo ao chafariz da bailarina egípcia? Quais são as mais antigas árvores do Palácio Piratini?

Dúvidas que foram surgindo ao pensar nos Jardins Históricos do Palácio Piratini como elementos patrimoniais que começaram a fazer parte da mediação dessa instituição a partir de 2012, num projeto específico do Setor de Gestão

¹⁶ O Monumenta é um Programa do Ministério da Cultura com recursos do Orçamento da União e financiamento do BID, com a cooperação da Unesco e da Caixa Federal, com contrapartidas do município onde o Programa está inserido. Tem por objetivo a atuar nos sítios históricos urbanos brasileiros, não apenas como um programa de recuperação física de monumentos, mas visando criar referenciais para prática da gestão sustentada do patrimônio cultural. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/default.php?reg=19&p_secao=167>. Acesso em: 08.11.2013

Ambiental: “Projeto de Educação Ambiental e Patrimonial no Palácio Piratini” com diversos parceiros para sua execução:

A proposta deste projeto é a integração entre educação ambiental e educação patrimonial. O estabelecimento dessa interação e o fato desta ação ocorrer em um prédio emblemático e representativo contribuirá para a multiplicação de práticas e valores que se organizam fundamentalmente em torno do patrimônio, visando a sensibilidade ecológica, suas ideias e suas questões (PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA, 2012, p.12).

O público alvo desse projeto são professores da rede estadual que se tornarão multiplicadores em suas escolas, trazendo suas turmas para conhecerem o Palácio Piratini. Nessa visita, as escolas têm acesso à Ala Governamental, à Ala Residencial, os Jardins Históricos e a Horta do Palácio que foi elaborada no ano de 2011.

Figura 22. Visita escolar na horta



Fonte: Acervo Pessoal. Daniela Amaral, 08.11.2013.

O ponto chave dessa mediação, além de conhecer os espaços antes nunca abertos ao público é “[...] incentivar escolas estaduais para o plantio e para a utilização da horta escolar como ferramenta da alfabetização ecológica (ou eco-alfabetização)” (PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA, 2012, p.7).

Figura 23. Alguns canteiros da horta do Palácio Piratini



Fonte: Acervo pessoal. Daniela Amaral, 02.02.2013.

Esse novo espaço criado no último patamar do terreno do Palácio, onde até então não existia nada além de duas cerejeiras japonesas, hoje faz parte dos Jardins Históricos do Palácio Piratini:

A horta é também um jardim. Os franceses dão-lhe o nome de *jardin-potager* e, nele, a finalidade utilitária não exclui as qualidades estéticas. As hortas não são inferiores a um jardim de flores e como tal devem ser vistas, sentidas e cuidadas (DELPHIM, 2009, p.65).

Esses Jardins fazem parte da rotina administrativa dos funcionários que trabalham nesse local e de visitantes maravilhados com esses espaços verdes que não são vistos da via pública. Os Jardins Históricos do Palácio Piratini estão incorporados no discurso patrimonial desse projeto, porém muitas perguntas precisam ser feitas e novas histórias contadas a partir delas.

4 DO MEU JARDIM AO JARDIM DO PALÁCIO

Quando sinto cheiro de funcho, lembro da minha mãe. No inverno, quase todas as noites ela nos preparava um chá com essa erva, aquele líquido quente e acolhedor. O aroma desse chá, até hoje, me traz lembranças daquele tempo... Tínhamos nos fundos de casa um limoeiro, bananeiras, couves e um pé de funcho. Na parte da frente, plantava-se margaridas, onze-horas e roseiras. O jardim de casa era um universo paralelo ao mundo dos adultos. Espaço, liberdade, tantas possibilidades de brincadeiras, um dia nunca era igual ao outro, os cenários mudavam a cada estação. A grama que era cortada perto do verão exalava no ar um perfume com cheiro de mato, “[...] quando a memória recorre a recordações pessoais, que parecem tão vívidas e frescas, e que contudo percebemos conterem uma grande parte de fantasia” (POMIAN, 2000, p.509).

Os jardins e as hortas fazem parte da história do homem, de sua relação com a natureza desde os primórdios das civilizações. A humanidade utiliza plantas em rituais religiosos, como remédios na cura de muitas doenças, pigmentos, ornamentos de espaços e do próprio corpo, em sua alimentação física e espiritual. A natureza foi domesticada com a seleção de determinadas espécies, favorecendo seu crescimento, experimentando-a, criando um mundo a partir dessas práticas.

O jardim também é associado com a ideia de paraíso, um lugar com abundância, paz, fecundidade: “o jardim é, por excelência, esse espaço pacificante, utópico lugar de sossego e de recolhimento, transmitindo uma mensagem simbólica e alegórica da felicidade” (MOURÃO, 2002, p.31). Na Bíblia Sagrada aparecem várias passagens de um lugar paradisíaco criado por Deus, localizado provavelmente entre o Egito e a Índia. “E plantou o Senhor Deus um jardim no Éden, do lado oriental; e pôs ali o homem que tinha formado” (Gn 2, 8).

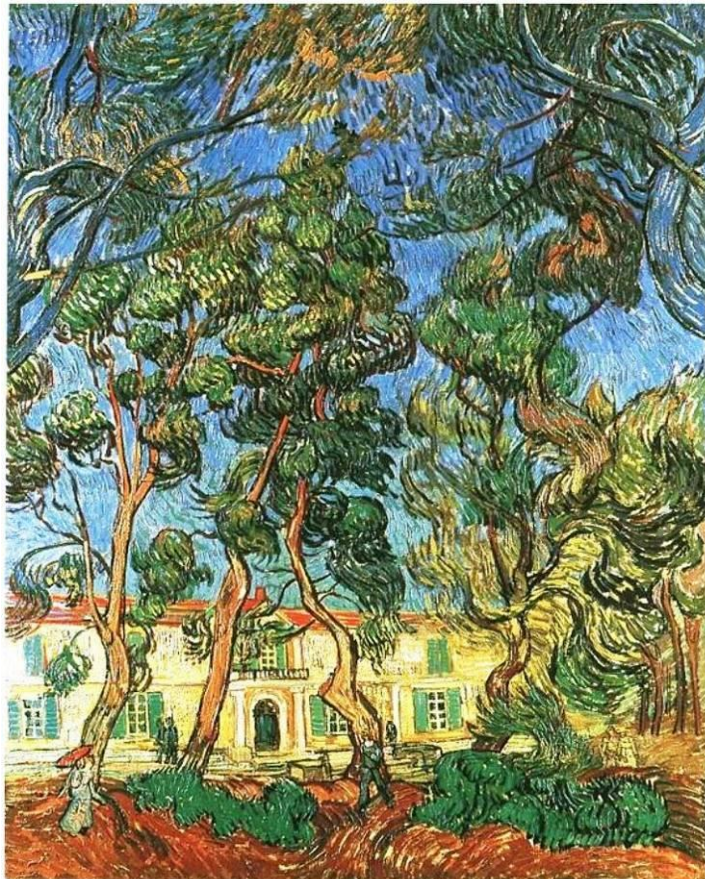
Quando os europeus chegaram em terras brasileiras as compararam com o paraíso, com o jardim do Éden. A natureza exótica, rica, abundante, com matas, florestas, animais variados, as mais diversas cores das plantas, clima nem quente e nem frio, água doce, sombra, sol, um lugar idílico. “Todo o Brasil parece hi [sic] jardim fresco” (SOARES *apud* JANEIRA, 2002, p.47).

Os jardins são fontes de inspiração para vários artistas, que em épocas distintas retrataram por meio de pinturas, poesias, crônicas e músicas o universo mágico, social e cultural desses espaços:

[...] o jardim já aparece reproduzido tanto na pintura egípcia como na greco-romana, mostrando que mesmo na Antigüidade a construção de paisagens foi uma preocupação humana. Isto pode ser comprovado pelo fato de uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo ser um jardim – os famosos Jardins Suspensos da Babilônia (TERRA, 2007, p.311).

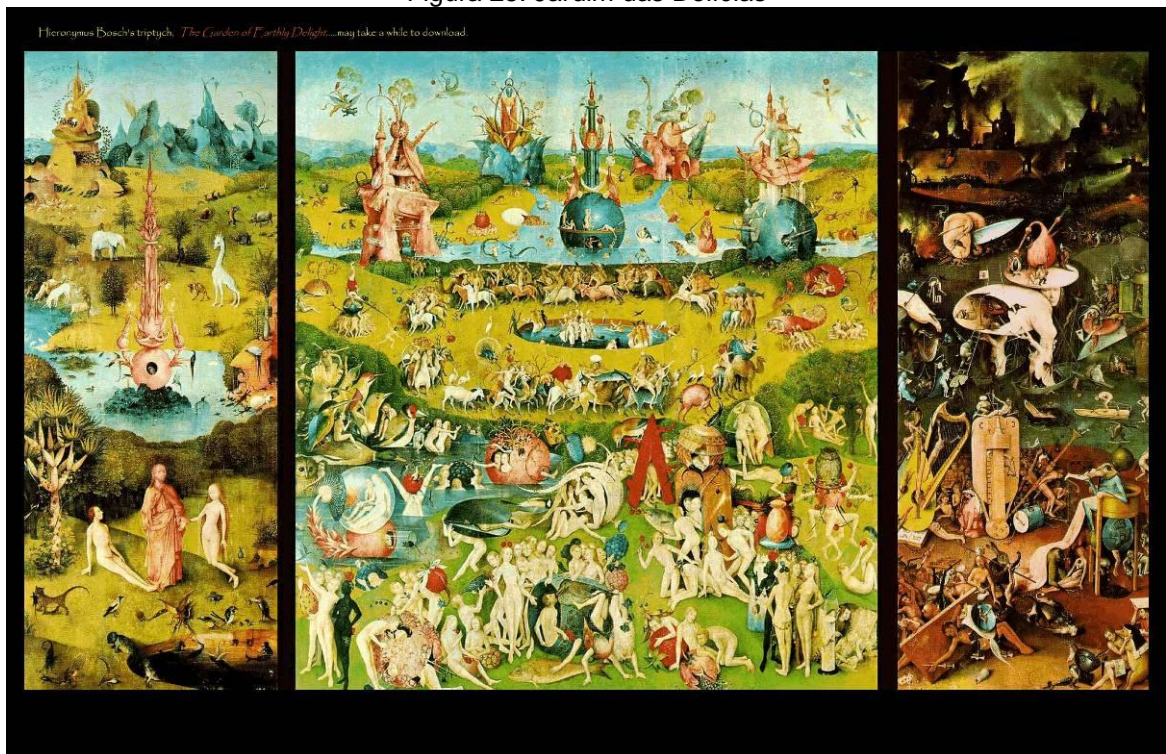
As representações sobre jardins aparecem em pinturas renomadas como as de Claude Monet, Vincent Van Gogh, Hieronymus Bosch, entre tantas outras. Em hebraico, jardim do Éden significa jardim do prazer, das delícias.

Figura 24. Árvores no jardim do hospital São Paulo



Fonte: Disponível em: <<http://www.vangoghgallery.com/catalog/painting/626/trees-in-the-garden-of-saint-paul-hospital.html>>. Acesso em: 17.11.2013.

Figura 25. Jardim das Delícias



Fonte:Disponível em: <[http://pt.wahooart.com/@/8Y33PS-Hieronymus-Bosch-Tr%C3%ADptico-de-Jardim-das-Del%C3%ADcias-\(2\)](http://pt.wahooart.com/@/8Y33PS-Hieronymus-Bosch-Tr%C3%ADptico-de-Jardim-das-Del%C3%ADcias-(2))>. Acesso em: 05.11.2013.

A natureza é moldada pelo homem, refletindo estilos, temporalidades, regionalidades e intencionalidades. Os jardins são paisagens inventadas para satisfazer interesses, confortar, proteger e expressar desejos:

Através da história se tem interpretado o termo “paisagem” de diferentes maneiras, dependendo do contexto cultural, científico e social de um momento determinado. Por trás deste fenômeno se esconde o desenvolvimento da compreensão da natureza, do tempo e do espaço (STEENBERGEN; REH, 2001, p.19. Tradução nossa).

A paisagem se altera constantemente, seja pela ação do homem ou por fatores naturais. Os jardins são paisagens culturais, ambientes cenográficos criados para desempenharem papéis em uma determinada cultura. Esses lugares-cenários foram surgindo com características bem peculiares e diferentes entre si.

Os jardins orientais se diferem dos jardins franceses por não buscarem a simetria, a geometria rígida estampada em sua espacialidade. Os orientais se vêem como parte da natureza, buscando inspiração nas montanhas, rios, lagos e rochas.

Seus jardins apresentam curvas sinuosas, acompanhando a geografia do terreno, harmonizando a natureza com as construções ao seu redor. Esses espaços são criados para que o homem ali se distanciasse das pequenas preocupações, conectando-se com seu interior. Os elementos água e rocha são marcantes nesse estilo de jardim, sendo a rocha simbolizada pela força masculina, o *yang* da paisagem e o *yin* representa o elemento feminino, a calma das águas. O homem ocupa um lugar insignificante comparado à natureza, que é a protagonista desse ambiente.

Na concepção Islâmica os jardins foram elaborados como imagens do paraíso. Neles existem representações relativas ao sol, a lua e também ao número oito. São oito as portas do paraíso descritas no Alcorão. A água é um símbolo de vida, de pureza, refresca tanto o corpo quanto a própria alma. Algumas plantas utilizadas nesses jardins possuem significados diversos como, por exemplo, o cipreste, que simboliza tanto a tristeza como a beleza da mulher (BALSTON, 1989).

Na Itália Renascentista os jardins tomaram uma grande proporção, não eram apenas jardins, mas sim esculturas arquitetônicas. Esses jardins foram concebidos para que o homem pudesse passear, conversar e estudar, considerado como o jardim do intelecto, um jardim para um filósofo. Os jardins são comparados a grandes teatros, no qual arte e natureza compõem os cenários para o Homem, que é o centro do universo.

Os jardins holandeses são conhecidos pelo seu grande colorido, tendo a tulipa como um símbolo nacional:

[...] Para a burguesia oitocentista, que vivia com bastante folga, os jardins de flores se tornaram marca de fazer e fartura. Os ricos construíram casas de campo, a classe média prodigalizava seus cuidados a pequenos jardins na cidade, os pobres plantavam em vasos e jardineiras de janela (NAIFEH; SMITH, 2012, p.48).

Provável fonte de inspiração para os Jardins do Palácio Piratini, os jardins de Versalhes na França foram e continuam sendo uma grande referência quando o assunto se refere a paisagismo, jardins, obras de arte e arquitetura. Magníficos, extasiantes, complexos espaços cuja geometria e natureza são indissociáveis em

sua existência. Luis XIV, O Rei Sol, governou de 1661 até 1715 transferindo sua corte de Paris para Versalhes em 1682, que na época era considerada como zona rural: “O campo oferece tudo o que a cidade subtrai - a calma, a abundância, o frescor e, bem supremo, o ócio para meditar, longe dos falsos valores” (CAUQUELIN, 2007, p.62). Falar dos jardins de Versalhes é também falar de simetria, matemática, geometria, topiaria¹⁷ e de André Le Nôtre. Le Nôtre, filho do jardineiro Pierre Le Nôtre, foi uma das maiores personalidades na concepção de jardins: “Os jardins de Versalhes era um vasto teatro onde se organizavam os acontecimentos mais incríveis: bailes, desfiles, representações e espetáculos de fogos artificiais, muitos dos quais se prolongavam durante vários dias” (BALSTON, 1989, p.30. Tradução nossa). Em Versalhes há um significativo número de esculturas e fontes por toda a extensão dos jardins.

Os jardins ingleses se diferem da lógica dos jardins franceses em suas concepções. A rigidez das formas geométricas dos jardins franceses se opõe a expressão de liberdade nos formatos mais orgânicos dos jardins ingleses. São tão planejados quanto os franceses, porém em seu traçado são valorizados os aspectos naturais do ambiente.

No Brasil, os jardins tropicais de Burle Marx são conhecidos por sua sensualidade nos formatos dos canteiros e pelo uso da flora brasileira como personagem central de suas narrativas paisagísticas:

A partir de composições abstratas revelou em cores e intensidade a paisagem natural e cultural de seu país, e como intérprete deste território imenso e múltiplo construiu por meio de seus jardins, uma grande sinfonia de imagens do Brasil e com certeza sua mais pura tradução (FLORIANO, 2007, p.11).

Paisagista, pintor, escultor, ambientalista, Burle Marx criou dezenas de jardins no Brasil e no exterior, imprimindo nas paisagens através de seus traços a diversidade cultural de nosso país. É de sua autoria os jardins do Palácio do

¹⁷ A topiaria, a arte de esculpir arbustos, árvores e plantas com formas diversas, é muito antiga. Há quem diga que remonta ao antigo Egito, embora tenham sido os romanos que a instituíram, difundiram e batizaram com o seu costume de criar pequenas paisagens ou lugares com arbustos.

Itamaraty em Brasília, o jardim primordial da antiga fazenda, atual Inhotim em Minas Gerais, o parque do Aterro do Flamengo na cidade do Rio de Janeiro, os jardins da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em Paris, os jardins da Organização dos Estados Americanos - OEA em Washington e muitos outros.

Existem também os jardins do saber, os jardins botânicos que abrigam uma variedade de coleções de plantas nativas e exóticas que são catalogadas e expostas para o público. O parque do jardim botânico entre outros lugares é a sala expositiva de sua maior obra de arte, a natureza. Os jardins botânicos são instituições de pesquisa, locais de fruição, conservação de espécies e comunicação, possuindo finalidades científicas, históricas, educacionais e ecológicas.

A importância de se ter áreas verdes no perímetro urbano influencia na qualidade de vida dos habitantes das grandes cidades e metrópoles. Na cidade de Porto Alegre existem muitos jardins, parques, praças, árvores e significativas ações da população para que o poder público não diminua essa parcela de natureza que é de extrema relevância para o bem estar populacional.

Os Jardins do Palácio Piratini estão localizados no centro histórico da cidade de Porto Alegre. São paisagens construídas para ornamentar a rotina executiva do Estado.

Figura 26. Colorido no jardim



Fonte: Acervo Pessoal. Daniela Amaral, 28.03.2013.

Ao cruzar por eles, esses jardins com diferentes narrativas, me pergunto como seriam a 70 anos atrás? Quais plantas estariam ali? Quem trabalhava entre os arbustos podados com esmero nos dias de hoje? Perguntas feitas a partir de dúvidas sobre a construção dos Jardins do Palácio Piratini, sobre os processos escolhidos, de presenças e ausências em sua concepção.

Muitas vezes, é nos jardins dos antigos palácios e museus que podemos perceber, dentro de nós, a verdadeira preservação da memória, processo inacabado, sem qualquer encenação ou inverdade. Embora as árvores de antes já não estejam ali, ainda podemos ver árvores, novas ou velhas, descendentes ou não das sementes deixadas pelas de outrora (SOARES, 2008, p.2).

Para elucidar essas lacunas que também existem na documentação de muitos objetos em museus e nos bens móveis tombados do Palácio Piratini, as entrevistas realizadas para essa pesquisa foram essenciais. Foi partir da fala do funcionário Aristides Germani Filho que obtive a primeira informação sobre quem se ocupava dos Jardins Históricos do Palácio Piratini nas últimas décadas. Em seu relato, informou que a cada gestão governamental, normalmente as primeiras damas se envolviam com questões relacionadas à conservação dos objetos históricos e dos Jardins do Palácio Piratini. Entre tantas lembranças desses quase cinquenta anos de convívio no Palácio do Governo, a primeira dama, Neda Triches foi mencionada várias vezes por sua preocupação e cuidados com as obras de arte, a mobília, o calçamento e principalmente com os Jardins Históricos do Palácio Piratini (GERMANI FILHO, 2013, informação verbal).

Os únicos relatos bibliográficos que encontrei sobre a vegetação desses Jardins data do tempo em que essa senhora residiu no Palácio Piratini, “[...] o bom gosto de Dona Neda era o de plantar árvores a crescerem como elas são, sem qualquer tentativa de poda, para que os galhos decorassem o ambiente espacial com sua natural beleza” (CORONA, 1973, p. 15). Foi então na década de 1970, que Neda Triches plantou cinamomos, 19 cerejeiras, palmeiras, pinus-eliotis, pau-brasil, guapuruvus e várias roseiras: “Sobre tudo há roseiras, muitas roseiras a colorir e perfumar ambiente tão acolhedor” (CORONA, 1973, p. 15).

Figura 27. Jardim do Galpão Crioulo nos anos 70



Fonte: CORONA, 1973, p.15

Figura 28. Jardim do Galpão Crioulo em 2013



Fonte: Acervo Pessoal. Daniela Amaral, 09.09.2013.

Nas figuras acima, circulei em vermelho um guapuruvu que está no Jardim do Galpão Crioulo desde a década de 70 e depois, nos dias atuais. Comparando as imagens, percebo a construção de canteiros, a inserção de vegetais que cobriram a visão do Galpão Crioulo e da escultura do “Negrinho do Pastoreio” do escultor

gaúcho, Vasco Prado. Durante essa investigação foi de uma imensa alegria conseguir essas informações a respeito das espécies plantadas nos Jardins do Palácio Piratini, única fonte da pesquisa que possui um subcapítulo dedicado somente aos vegetais desses espaços. Conforme menciona Corona (1973) em seu texto:

[...] foi sem dúvida **a mão de uma fada** a levantar da terra fofa e bem tratada, árvores decorativas e as flores olorosas do jardim do Palácio Piratini. O calor do sol e as chuvas a cair das nuvens, temperam o crescimento das plantas que a natureza nos dá sem maiores ônus que os de semear. Alegam assim nossa vida recriando nossa vista ante a beleza bucólica ou não da paisagem (CORONA, 1973, p. 15. Grifo nosso).

Ao percorrer entre os Jardins Históricos do Palácio Piratini percebo a expografia construída pelos artistas-jardineiros e pela natureza, deixando suas impressões em canteiros, troncos, flores e arbustos.

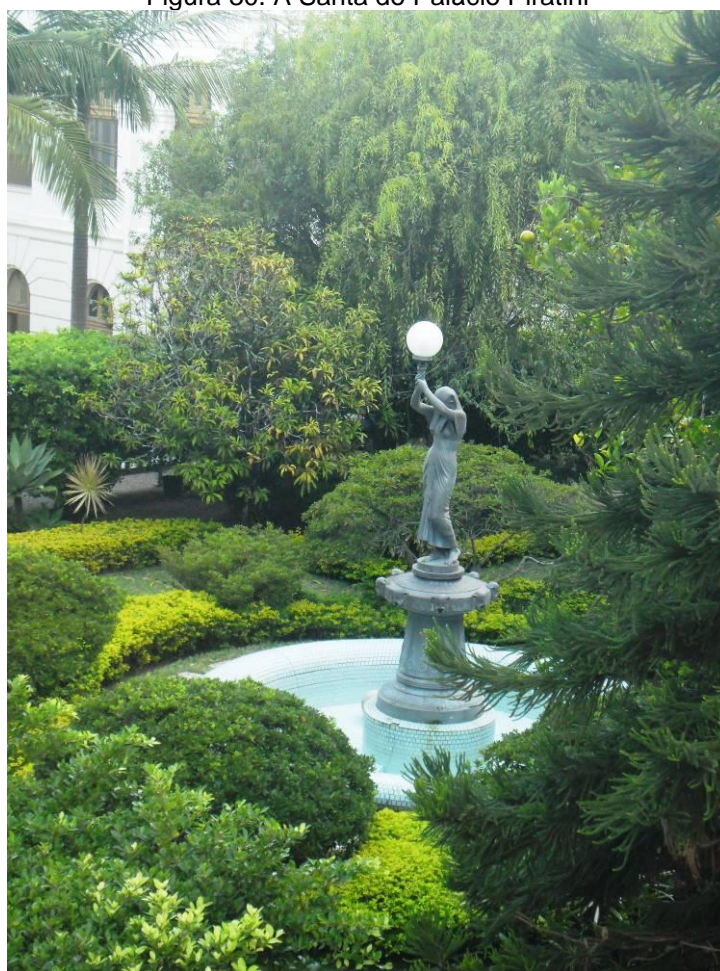
Figura 29. Tronco em formato de cavalo deitado



Fonte: Acervo Pessoal. Daniela Amaral, 18.09.2013

Nesses jardins, lugares de socialização entre os funcionários do Palácio Piratini, muitos os utilizam para fazer um intervalo entre suas atividades internas, uma pausa na rotina pesada de um órgão público “[...] o jardim oferece, com efeito, esse paradoxo amável de ser um fora dentro” (CAUQUELIN, 2007, p.63). Eles se reúnem em bancos que estão localizados perto do Chafariz da bailarina egípcia, também denominado por alguns funcionários como a “Santa” do Palácio Piratini.

Figura 30. A Santa do Palácio Piratini



Fonte: Acervo pessoal. Daniela Amaral, 21.10.2013.

Para Valter Miguel Gomes da Conceição (mais conhecido por Seu Miguel), jardineiro há doze anos no Palácio Piratini, “trabalhar nos jardins é como estar em casa brincando com meu netinho. Quando mexo nos canteiros, penso na vida, converso com muita gente, me sinto em casa” (CONCEIÇÃO, 2013, informação verbal). Em seu relato, informou que quando iniciou a trabalhar nessa instituição não

havia nenhuma instrução específica a respeito de suas funções. Passados quatro anos, um jardineiro do Jardim Botânico de Porto Alegre foi transferido para o Palácio Piratini e a partir desse momento, Darci Figueiró começou a elaborar novos canteiros, plantar arbustos, podar, reestruturar os Jardins do Palácio Piratini de acordo com seu gosto pessoal.

A preservação desses espaços está relacionada com a valorização que lhes é dada, “[...] para assegurar sua defesa e salvaguarda, os jardins históricos devem ser objeto de acautelamento legal, sob a forma de registros, inventários e tombamento” (DELPHIM, 2005, p.30).

Figura 31. Canteiro com bromélias



Fonte: Acervo pessoal. Daniela Amaral, 12.02.2013.

Os *ficus benjamina*, vulgo fícus, uma planta bem popular que é muito utilizada em paisagismo, se plantadas em vasos, tornam-se arbustos ornamentais, porém, plantadas como árvores sem limite ou contenção das raízes, podem causar graves danos às estruturas do monumento escultórico “A Primavera”. Retirados há poucos dias, inocentes e singelos no momento, talvez num futuro bem próximo disputassem o mesmo espaço com a escultura.

Figura 32. Ficus na base da escultura



Fonte: Acervo pessoal. Daniela Amaral, 15.05.2013.

As raízes dos ciprestes, que em tempos remotos eram apenas árvores que decoravam os corredores dos Jardins do Palácio Piratini, hoje indomadas destroem o piso tombado, demonstrando o poder de sua força.

Figura 33. Raízes dos ciprestes



Fonte: Acervo pessoal. Daniela Amaral, 12.02.2013.

Vivenciando diariamente nesses cenários paisagísticos, percebi o quanto a velocidade do tempo urbano e o da natureza são diferentes. A urgência dos desejos pessoais, o medo de parar de sentir o perfume da flor, a falta de discernimento das fases da vida me fez entender que a colheita só é feita quando se semeia o solo e rega-se com carinho a muda que brota da terra.

5 COLHENDO OS FRUTOS PLANTADOS

O objetivo geral desse trabalho foi verificar como os Jardins Históricos do Palácio Piratini, tombados no âmbito federal pelo IPHAN e estadual pelo IPHAE são abordados a cada gestão governamental.

Consta durante a pesquisa e por estar trabalhando diretamente com os Jardins do Palácio Piratini que eles são invisíveis nesse cenário patrimonial. A invisibilidade parte da própria instituição que não os considera como patrimônio histórico, artístico, documental e cultural. São transparentes ao olhar do poder público servindo apenas como um pano de fundo para as ações executivas do Estado.

A arquitetura monumental, as obras de arte, os acontecimentos históricos ocorridos no Palácio Piratini, assim como as ações políticas dos governantes estão registradas em vários suportes para que nem o tempo e o vento as leve para longe... Porém as transformações que ocorreram nos Jardins Históricos do Palácio Piratini ao longo dos anos, não foram descritas nem como meros coadjuvantes nesse palco governamental.

O Palácio Piratini a cada quatro anos devido às eleições para a mudança de governo, passa por uma expressiva alteração em seu quadro de funcionários. Setores, projetos e muitas rotinas de trabalho são modificadas ou extintas, gerando a descontinuidade de seus processos. O número de servidores que permanecem nessa instituição é relativamente pequeno, sendo muitas vezes sobrecarregados com inúmeras demandas que lhes são atribuídas.

No ano de 2011 os Jardins Históricos do Palácio só eram percorridos por governantes, seus convidados, pelos funcionários públicos e terceirizados lotados nesse local. A abertura para as escolas estaduais aconteceu em 2012 após a implantação do “Projeto de ação educativa: educação ambiental e patrimonial no Palácio Piratini”. A mediação desse projeto realizada pela equipe multidisciplinar do Setor de Gestão Ambiental enfatiza que, além de sua magnífica estrutura física, os objetos artísticos, os acontecimentos históricos, a horta e os Jardins também fazem parte da narrativa expográfica do Palácio Piratini.

Planejar as ações que serão realizadas nos Jardins do Palácio Piratini possui a mesma importância que as preocupações em relação às restaurações e cuidados especiais com os objetos de arte e a estrutura do prédio. O simples ato de plantar um arbusto para ornamentar, compor canteiros ou preencher áreas descobertas, requer um estudo preliminar mais profundo, para além da intenção contemplativa. Projetar um plantio de uma árvore, por exemplo, levando em conta a proporção de sua copa, raízes e frutos, poderá evitar futuros transtornos. O conhecimento técnico e/ou a experiência no manejo dos vegetais que farão parte dos Jardins é essencial para assegurar a sobrevivência desses espaços.

Como já foi dito, pessoas envolvidas com os Jardins do Palácio Piratini que interviram no passado em sua reconstrução, manutenção e reforma foram personagens importantes para que o espetáculo dos Jardins de hoje pudesse ser encenado. Todavia, esses lugares-cenários necessitam de um acompanhamento técnico para integrar o entorno natural com as áreas construídas.

O fato do próprio Palácio Piratini não ter sido totalmente concluído conforme o projeto de Maurice Gras, que desenhou os Jardins do Palácio do Governo com formas simétricas e bem definidas em toda sua extensão, possibilita as muitas intervenções e interpretações nesses espaços.

O patrimônio verde ainda é preterido em relação ao patrimônio de pedra e cal no Palácio Piratini, porém, a valorização desses Jardins se constrói a cada dia, tentando dessa maneira, ocupar um espaço no discurso oficial da instituição. Que esse monólogo representado pelos Jardins se transforme num diálogo, tornando-os quem sabe um dia, protagonistas desse cenário patrimonial, com falas que ecoem para além do Palácio Piratini.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Francisco. **A escultura pública de Porto Alegre: história, contexto e significado**. Porto Alegre: Artfólio, 2004. 264p.

BRASIL. **Decreto de lei nº 25**. 30 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

BALSTON, Michael. **El jardín bien diseñado**. Madrid: Hermann Blume, 1989. 189p.

CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 196p.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2010. 306p.

CONCEIÇÃO, Valter Miguel Gomes da. Valter Miguel Gomes da Conceição: Entrevista II. [setemb. 2013]. Entrevistador: Daniela do Amaral da Silva. Porto Alegre, 2013. 1 arquivo. amr (20 mim.).

CORONA, Fernando. **Palácios do Governo do Rio Grande do Sul: Levantamento histórico de projetos, construção, obras de arte e seus autores dos Palácios do Governo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sem Editora, 1973. 44p.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Manual de intervenções em jardins históricos**. Brasília: IPHAN, 2005. 152p.

_____. **Paisagens do Sul: Pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEL: IPHAN- IPHAE, 2009. 144p.

ESKINAZI, Davit. **Palácio Piratini: Um rosto para o Rio Grande Republicano**. 1993. 26p. Trabalho de conclusão da disciplina ao Pensamento Arquitetônico Contemporâneo, PROPAR – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura/ UFRGS. Porto Alegre. 1993.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). **Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e práxis**. Disponível em: <<http://culturadigital.br/blog/2010/09/01/politica-cultural-em-debate-no-culturadigitalbr/>>. Acesso em: 28 set. 2013.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Palácio Piratini**. Porto Alegre: Administração Amaral de Souza, 1983. [n.p.].

_____. **Palácio Piratini**. Porto Alegre: IEL, 1980. 43p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRj/MinC-IPHAN, 2005. 316.p.

FLORIANO, Cesar. **Roberto Burle Marx**: jardins do Brasil, a sua mais pura tradução. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/232/270>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

GERMANI FILHO, Aristides. Aristides Germani Filho: Entrevista I. [setemb. 2013]. Entrevistador: Daniela do Amaral da Silva. Porto Alegre, 2013. Transcrição em três páginas.

GUILLAUME, Marc. **A política do patrimônio**. Porto: Campo das Letras, 2003. 150p.

ICOMOS. **Carta de Atenas**. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1931.pdf>. Acesso em: 01 jun.2013a.

_____. **Carta de Bagé**: Carta da Paisagem Cultural. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf>. Acesso em: 03 jun.2013d.

_____. **Carta de Florença**. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Florenca_1981.pdf>. Acesso em: 12 jun.2013c.

_____. **Carta de Veneza**. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: 26 jun.2013b.

ICOMOS. **Declaração de Foz do Iguaçu**. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/outras_noticias/Declaracion_de_Foz_do_Iguacu_2008.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2013.

IPHAN. **Carta dos jardins históricos brasileiros**: Carta de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2510>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

JANEIRA, Ana Luísa. “**Todo o Brasil parece um jardim fresco**”. In: EPISTEME/ Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências. Porto Alegre: ILEA/UFRGS, n.15, ago./dez. 2002. p.1-136.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, *et al.* 2º Ed. Campinas: UNICAMP, 1992. 476.p.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 115p. (Primeiros Passos: 51).

LUZ, Luis Fernando da. **Parque Farroupilha: o lago e os eixos como elementos de composição.** Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_0/0_Luis_Fernando.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2013.

MACHADO, Nara Helena N. Alguns elementos sobre o Palácio Piratini e sua arquitetura. In: LICHT, Flavia Boni. **Palácio Piratini: 85 anos;** Patrimônio da arquitetura, cenário de história política. 2. ed. Porto Alegre: Sem Editora, 2008. 96.p

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Conferência de Abertura. **Oficina Vassouras 2009** – Programa de Especialização em Patrimônio (PEEP), Rio de Janeiro, 2009. 76min. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=cn1ScPBddlk>>. Acesso em: jul.2013.

MICELI, Sergio. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945). In: **Corpo e Alma do Brasil.** São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1979. v. 57. 210p.

MOURÃO, José Augusto. **O Jardim do Éden.** In: EPISTEME/ Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências. Porto Alegre: ILEA/UFRGS, n.15, ago./dez. 2002. p.1-136.

NAIFEH, Steven; SMITH, Gregory White. **Van Gogh: a vida.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 1.128p.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

POMIAN, Krzystof. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v.42 (Sistemática), p.507-516.

PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA: **Educação Ambiental e Patrimonial no Palácio Piratini.** Porto Alegre: CORAG, 2012. 38p.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria das Obras Públicas. **Relatório da Secretaria das Obras Públicas**, em 27 de agosto de 1909. [Porto Alegre], 1909. [n.p.]. Cópia.

SAGRADA, Bíblia. **Gênesis:** capítulo 2 versículo 8. Disponível em: <<http://www.bibliacatolica.com.br/biblia-sagrada/genesis/1/#.UokOwNK-oWE>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

SCIFONE, Simone. **A construção do patrimônio natural.** São Paulo: FFLCH, 2008. 199 p.

SILVEIRA, Gicelda Weber. **O Palácio Piratini: uma composição em dois tempos.** 1997. 37f.Trabalho de conclusão da disciplina ao Pensamento Arquitetônico

Contemporâneo, PROPAR – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura/ UFRGS. Porto Alegre. 1997.

SOARES, Bruno C. Brulon. **Quando o Museu abre portas e janelas: O reencontro com o humano no Museu Contemporâneo.** 2008. 163 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.

STEENBERGEN, Clemens; REH, Wouter. **Arquitectura y paisaje: la proyectación de los grandes jardines europeos.** Barcelona: Gustavo Gili, 2001. 381p.

TERRA, Carlos Gonçalves. **A representação dos jardins na pintura.** Disponível em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2006/pdf/36_XXVICBHA_Carlos%20Gon%C3%A7alves%20Terra.pdf>. Acesso em: 20.jun.2013.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 51, n. 26, [n.p.], jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-882006000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 maio 2013.

APÊNDICE A – CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO SUJEITO



CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **O jardim como patrimônio verde: os Jardins do Palácio Piratini e seu processo de tombamento**, como sujeito colaborador. () Permitindo que meu nome verdadeiro seja citado. () Não permitindo que meu nome verdadeiro seja citado. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Daniela do Amaral da Silva sobre a pesquisa e seus procedimentos. Recebi uma cópia do termo.

Local e data

Assinatura

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM JARDINEIRO E FUNCIONÁRIO DO PALÁCIO PIRATINI

BLOCO I. Relações com o Palácio Piratini

- Há quanto tempo você trabalha no Palácio Piratini?
- O que você considera como “patrimônio” no Palácio Piratini?

BLOCO II. Sobre os Jardins do Palácio Piratini

- Como eram os jardins quando você começou a trabalhar no Palácio Piratini?
- Recebeu alguma orientação de trabalho, específica para os jardins?*
- Você percebeu alguma alteração, mudanças nos jardins na última década?
- Como você percebe o uso dos Jardins do Palácio Piratini pelos funcionários?
- Você recorda de algum fato/ evento marcante nos Jardins do Palácio Piratini?

BLOCO III. Relações com os Jardins do Palácio Piratini

- O que significa pra você os jardins do Palácio Piratini?
- Como você se sente nos jardins do Palácio Piratini?

* Questão específica para os jardineiros.